

Em defesa da Universidade

Pública e Grátis, Contra a
Mercantilização da Educação.

Em defesa da universidade pública e gratuita, contra a mercantilização da educação

A reforma universitária do governo Lula favorece as instituições particulares e penaliza as universidades públicas

JUSTAMENTE quando a comunidade universitária e a sociedade esperavam que a universidade pública fosse ser ampliada, democratizada e revitalizada por meio de orçamentos compatíveis com a sua relevância social, com a afirmação de sua autonomia, e que iria ser inaugurado um processo de debate verdadeiro com o novo governo sobre o lugar dessa instituição no projeto de nação, a tradição do passado oprime como um pesadelo o cérebro dos idealizadores da chamada reforma universitária do governo de Lula da Silva.

O projeto "Universidade para Todos", uma modalidade de Parceria Público-Privado, tem como objetivo principal implodir a fronteira entre o que é público e o que é privado. Doravante, teremos instituições de "interesse social" desprovidas dos adjetivos tidos como arcaicos pelos dirigentes do MEC (público/privado), aferidas por sistema de avaliação. Todas as instituições que atendam a determinados requisitos farão jus às verbas públicas. Desse modo, a universidade pública, gratuita e que produz conhecimento passaria a fazer parte do mesmo escopo que as universidades empresariais que não desenvolvem pesquisa, mas que são exemplos de "eficiência e competitividade". Longe de representar apenas um programa de ajuda às organizações particulares (o que já não seria pouco), o referido projeto tem um alcance muito mais profundo: a) as vagas adquiridas no setor privado sofrerão uma estranha metamorfose: de privadas são convertidas em "públicas", porém **não gratuitas** e b) todas as instituições de "interesse social" concorrerão aos poucos recursos públicos.

Vejamos com mais detalhes como isso poderá ocorrer.

Com a conversão das vagas adquiridas no setor privado em públicas mas não gratuitas, a porta para o fim da gratuidade estará aberta.

De acordo com as metas governamentais, em um prazo de três anos, essas vagas serão duas vezes mais numerosas do que as das Federais. Até quando a gratuidade das vagas públicas das instituições outrora qualificadas como públicas poderá ser assegurada? A apresentação do projeto da Deputada Selma Schons (PT-PR) que extingue o princípio da gratuidade consagrado na CF indica que o fim desse está dependendo apenas de uma melhor oportunidade (seguramente não será aprovado em ano eleitoral, por exemplo!). Em relação aos editais para fornecimento de matrículas, conforme o conhecido relatório do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), as novas vagas criadas pelo poder público serão objeto de editais e todas as instituições de "interesse social" (as outrora públicas ou privadas) poderão concorrer no mercado por esses recursos.

Essa indiferenciação entre o que é público e o que é privado corrobora o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços da OMC e as reivindicações estadunidenses no ALCA.

E no mercado vencem as instituições que sabem "mostrar os seus dentes" na competição. Questão chave: a universidade pública não é essa instituição. Assim, somente se desfiguradas em seu ethos acadêmico, as

públicas poderão "captar recursos no mercado" como quer o referido relatório do GTI.

Não é essa reforma que o Andes-SN e grande parte das entidades democráticas e comprometidas com o ensino público e gratuito defendem.

Essa contra-reforma hipertrofia a esfera privada/mercantil, em detrimento da esfera pública e dos direitos sociais. Não há como negociar meios-termos. É preciso lutar contra essas medidas, mas, para isso, teremos de, simultaneamente, encarar de frente os problemas de nossas universidades, em especial as marcas do *capitalismo acadêmico* que mercantilizam as nossas instituições e as monumentais dificuldades de acesso ao ensino superior público por parte dos segmentos espoliados e vitimados pela miséria. Discutir políticas públicas e medidas educacionais que permitam ampliar de forma significativa o acesso é uma tarefa inadiável. Defendemos políticas universais, mas não devemos nos furtar de criticar o falso universalismo liberal que oculta as profundas desigualdades sociais.

Para tanto, teremos de dar continuidade à construção de uma ampla aliança entre todos os setores devotados à causa do ensino público, gratuito e de alta qualidade para todos, por meio do fortalecimento do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e do Fórum Social Mundial e, particularmente, ao trabalho com o movimento estudantil, com os técnico-administrativos e com as administrações universitárias e entidades acadêmicas comprometidas com a universidade pública.



Roberto Leher

Os falsos argumentos do projeto governamental

O EXECUTIVO diz que a sua proposta não implica repasse de verbas públicas para as particulares, pois se trata do preenchimento de vagas ociosas. Isso é falso. Essas vagas inexistem.

Verbas para as privadas

As filantrópicas, confessionais e comunitárias obtêm cerca de R\$ 2 bilhões em isenções fiscais e previdenciárias. Em 2003, as filantrópicas receberam R\$ 840 milhões. As empresariais movimentam cerca de R\$ 12 bilhões por ano. Uma renúncia fiscal de 25% (uma estimativa modesta) significaria até R\$ 3,0 bilhões para o setor. Some-se, ainda, R\$ 900 milhões do FIES e os cerca de R\$ 4,5 bilhões retirados das verbas do MEC pela Desvinculação de Receitas da União.

Opção ideológica

Estudo do MEC reconhece que, com apenas um bilhão, seria possível dobrar o número de estudantes das IFES. O óbice para expandir as vagas públicas nos turnos noturno e diurno não é financeiro: a opção pelos empresários da educação é política e ideológica.

MAIO/2004

ANDES-AD 7